



2015



São Paulo, 24 de março de 2016: CESP - Companhia Energética de São Paulo (BM&FBOVESPA: CESP3, CESP5 e CESP6) divulga o release de resultados referentes ao ano de 2015. As informações foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, comparadas com o mesmo período do ano de 2014, exceto onde indicado de outra forma.

Teleconferência 2015 com Tradução Simultânea

Data: 30/03/2016

Português

11h00 (Horário de Brasília)

10h00 (Horário de Nova Iorque)

Tel.: +55 11 2188-0155

Código: CESP

Replay: +55 11 2188-0400

Senha: CESP

Tradução para o inglês

11h00 (Horário de Brasília)

10h00 (Horário de Nova Iorque)

EUA: (1 646) 843 6054

Demais países: (1 866) 890 2584

Código: CESP

Replay: +55 11 2188-0155

Senha: CESP

Contatos RI:

Tel.: +55 11 5613-3626

Fax: +55 11 5613-3657

ricesp@cesp.com.br

www.cesp.com.br

Resultados do Exercício de 2015

- Receita Operacional Líquida de R\$ 2,95 bilhões;
- Resultado do Serviço de R\$ 1,08 bilhão;
- EBITDA Ajustado de R\$ 1,74 bilhão, Margem de 58,9%;
- Provisão Reversão Usinas de R\$ 580,8 milhões;
- Prejuízo Líquido de R\$ 61,4 milhões em 2015;
- Proposta de Dividendos de R\$ 41,3 milhões;

Destaques Operacionais e Financeiros

(R\$ mil)

	4T15	4T14	Var%	2015	2014	Var%
Receita Operacional Líquida	707.911	882.518	-19,8%	2.950.982	4.699.251	-37,2%
Despesas Operacionais	(491.999)	(436.991)	12,6%	(1.867.569)	(1.942.357)	-3,9%
Resultado do Serviço	215.912	445.527	-51,5%	1.083.413	2.756.894	-60,7%
EBITDA	(313.749)	(1.383.883)	-77,3%	909.881	1.657.313	-45,1%
EBITDA Ajustado	347.721	729.348	-52,3%	1.739.564	4.017.287	-56,7%
Margem EBITDA Ajustado	49,1%	82,6%	-33,5 p.p.	58,9%	85,5%	-26,6 p.p.
Resultado Financeiro	553	(36.476)	-	(358.693)	(132.284)	171,2%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(363.588)	(1.147.757)	-68,3%	(61.357)	560.139	-

PARQUE GERADOR

CESP – Companhia Energética de São Paulo detém a concessão de três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, com um total de 18 unidades geradoras, 1.654,6 MW de capacidade instalada e 1.081,0 MW médios de garantia física de energia. As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado e compõem o Parque Gerador abaixo.

Usinas Hidrelétricas	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Vencimentos das Concessões
Porto Primavera	1999	14	1.540,0	1.017,0	13/07/2028
Paraibuna	1978	2	87,0	50,0	09/03/2021
Jaguari	1972	2	27,6	14,0	20/05/2020
Total		18	1.654,6	1.081,0	
Ilha Solteira	1973	20	3.544,0	1.731,5	07/07/2015
Jupiá	1969	14	1.551,2	886,0	07/07/2015

Usina Três Irmãos

A CESP ingressou, em 09 de julho de 2014, na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da UHE Três Irmãos. Paralelamente, pleiteou e em 28 de novembro de 2014, o Juiz estabeleceu que a CESP tem direito a receber o valor considerado incontroverso (R\$ 1.717 milhões) em parcelas mensais durante sete anos, enquanto discute o montante total de indenização a receber. Essa decisão, contudo, foi suspensa em 8 de abril de 2015 pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em razão de recurso interposto pela União. No julgamento realizado em 19 de outubro de 2015, o Tribunal deu provimento ao agravo da União, confirmando decisão anterior. A CESP continua tomando todas as medidas jurídicas cabíveis, com vista a reverter essa decisão e passar a receber os valores incontroversos que lhe são devidos. O juízo deferiu em 9 de setembro de 2015 produção de perícia de engenharia solicitada pela CESP, os assistentes técnicos já forma indicados pelas partes. Em 29 de fevereiro de 2016 houve decisão favorável ao ingresso do Estado de São Paulo na lide como interessado, com base no Artigo 5º § único da lei 9.469/97.

Usinas Ilha Solteira e Jupuí

Em 07 de julho de 2015 ocorreu o término das concessões das duas maiores usinas hidrelétricas da CESP, Ilha Solteira e Jupuí, que juntas representavam 75% da potência instalada. Como a Companhia não aderiu as condições estabelecidas na MP 579 para a renovação das concessões, a partir de 08 de julho de 2015 toda a garantia física dessas usinas foi alocada ao regime de cotas, ficando a CESP responsável pela operação e manutenção das usinas até 30 de junho de 2016, data prevista para assunção do novo concessionário. Durante esse período a CESP será remunerada por tarifa definida pela ANEEL.

Em 01 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, que definiu o valor aproximado de R\$2 milhões como indenização para a UHE Ilha Solteira, referenciados a preços de junho de 2015, considerando a depreciação e a amortização acumuladas, a partir da data de entrada em operação das instalações, até 30 de junho de 2015, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupuíá, considerado o custo histórico atualizado desses ativos de R\$ 1.561 milhões. A Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução Aneel nº 596/2013, a Companhia constituiu no quarto trimestre provisão para as duas usinas (Ativo Contingente), no valor de R\$ 580,8 milhões ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No quarto trimestre de 2015, a produção de energia elétrica da CESP, considerando todas as usinas, atingiu **6.270 GWh**, 2,6% superior ao 4T14, e em 2015 a CESP atingiu **24.067 GWh**. Se considerarmos somente as usinas operadas pelo regime de preços, a produção no 4T15 foi de **2.192 GWh**, portanto abaixo de sua Garantia Física.

Produção em MWh				
Usinas Hidrelétricas	4T15	4T14	2015	2014
Porto Primavera	2.145.296	2.001.353	8.009.691	8.444.596
Paraibuna	27.140	65.529	149.977	402.652
Jaguari	19.883	26.834	44.162	88.887
Subtotal	2.192.319	2.093.716	8.203.830	8.936.135
Ilha Solteira	2.415.346	2.380.823	9.349.746	11.982.299
Jupuíá	1.662.404	1.638.622	6.513.813	7.247.271
Três Irmãos	-	-	-	982.180
Total	6.270.069	6.113.161	24.067.389	29.147.885

Nota: Garantia Física = 1.081,0 MW médios X 24 horas X 92 dias = 2.386,8 MWh/4T15
1.081,0 MW médios X 24 horas X 365 dias = 9.469,5 MWh/2015

COMERCIALIZAÇÃO

Os clientes da CESP são: (i) as distribuidoras de energia elétrica do país que compram energia em leilões no mercado regulado por meio de contratos de longo prazo e; (ii) as comercializadoras e os consumidores livres, que adquirem energia por meio de ofertas públicas em contratos bilaterais de curto, médio e longo prazo.

A CESP comercializa sua energia de garantia física líquida nos seguintes ambientes:

Ambiente de Contratação Livre – ACL: por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica de curto, médio e longo prazo, com volumes, condições e preços negociados com empresas comercializadoras e consumidores livres.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR: mediante leilões de compra de energia, organizados pela ANEEL, realizados por intermédio da CCEE para atender as distribuidoras.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, garantia física líquida e contratada são contabilizadas e liquidadas, parte para atender ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia a tarifas reguladas que cobrem apenas o custo variável de geração de energia, e parte como sobras e energia secundária, a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD, apurados na CCEE.

RECEITAS

No quarto trimestre de 2015, as **Receitas com Venda de Energia** caíram 39%, registrando **R\$ 667,6 milhões**. Em volume, o decréscimo no trimestre foi de 37%, com relação ao mesmo período de 2014.

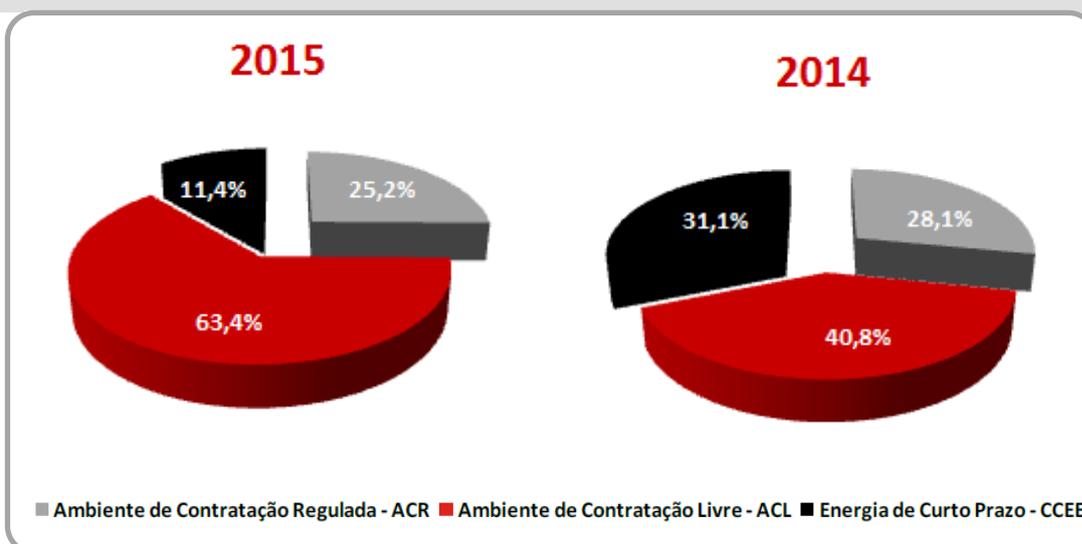
Em 2015 as receitas totalizaram **R\$ 3.196,4 milhões** sofrendo um decréscimo de 40,8% comparado a 2014, e o volume total foi de **20.900,9 MWh**, uma variação de 26,8% inferior ao mesmo período.

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	4T15	4T14	Var.	4T15	4T14	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	2.867.732	3.965.175	-27,7%	416.900	506.479	-17,7%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	981.109	2.304.125	-57,4%	169.588	395.976	-57,2%
Mercado de Curto Prazo - PLD	248.881	237.658	4,7%	81.146	363.148	-77,7%
Liquidação de Períodos Anteriores	-	-	-	-	(171.481)	-
Mercado de Curto Prazo - MRE	-	-	N.A	-	-	-
Total	4.097.722	6.506.958	-37,0%	667.634	1.094.122	-39,0%

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	2015	2014	Var.	2015	2014	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	13.190.211	17.130.334	-23,0%	2.025.269	2.198.376	-7,9%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	4.830.627	8.936.985	-45,9%	805.419	1.515.503	-46,9%
Mercado de Curto Prazo - PLD	843.209	2.471.517	-65,9%	280.566	1.687.003	-83,4%
Liquidação de Períodos Anteriores	-	-	-	63.501	-	-
Mercado de Curto Prazo - MRE	2.036.814	-	N.A	21.628	-	N.A
Total	20.900.861	28.538.836	-26,8%	3.196.383	5.400.882	-40,8%

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA

Em 2015, o **Ambiente de Contratação Livre (ACL)** respondeu pelo maior volume de receita, comercializada ao preço médio de R\$ 153,54/MWh. O preço médio do **Ambiente de Contratação Regulada (ACR)** foi de R\$ 166,73/MWh e o do **PLD** ficou em R\$ 332,74/MWh.



Ambiente de Contratação Livre – ACL

No 4T15 o faturamento nesse ambiente foi de **R\$ 416,9 milhões**, e no ano de 2015 sua participação no faturamento foi de 63,4% e correspondeu a **R\$ 2.025 milhões**.

O volume de energia destinado ao ACL correspondeu a **2.867,7 GWh** no 4T15 e **13.190,2 GWh** no ano, representando uma participação de 70% e 63% respectivamente na quantidade de energia comercializada.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

O faturamento neste ambiente, no 4T15, foi de **R\$ 169,6 milhões**. No ano de 2015 a participação foi de 25,4%, registrando **R\$805,4 milhões**.

O volume de energia destinada ao ACR totalizou **981 GWh** no 4T15 e representou uma participação de 23,9% da quantidade total comercializada. No ano, a energia destinada ao ACR totalizou **4.830,6 GWh** representando 23,1% do total.

Mercado de Curto Prazo

No 4T15, a receita obtida pela empresa na CCEE, considerando o Mercado de Curto Prazo (PLD) e o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), foi de **R\$ 81,1 milhões**. No ano de 2015, a receita foi de **R\$ 365,7 milhões**, representando 11,4% da receita total.

O volume comercializado neste ambiente foi de **248,9 GWh** ou 6,1% do volume total comercializado. E no ano, o volume totalizou em **2.880 GWh** ou 13,8% do volume total.

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 688/2015 visando à repactuação do risco hidrológico, convertida na Lei nº 13.203/2015, a CESP aderiu à repactuação do risco hidrológico para a parcela de sua energia comercializada no ACR para a qual, mediante pagamento de prêmio, estará protegida de riscos hidrológicos até o ano de 2028, quando ocorrerá o final da atual concessão da UHE Porto Primavera. O efeito dessa repactuação resultou em redução de custo com compra de energia elétrica na CCEE em 2015 de R\$ 155 milhões para R\$ 52 milhões.

DEDUÇÕES À RECEITA

As Deduções à Receita representaram 15,9% da Receita Operacional Bruta no 4T15 e registraram R\$ 133,9 milhões no período e R\$ 575 milhões em 2015.

Deduções à Receita - R\$ mil	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Quota para reserva global de reversão - RGR	(13.543)	(82.836)	-83,7%	(84.783)	(146.172)	-42,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.143)	(9.070)	-21,2%	(29.434)	(48.474)	-39,3%
Imposto s/ serviços - ISS	(27)	(193)	-86,0%	(294)	(238)	23,5%
COFINS s/ receitas operacionais	(60.278)	(75.097)	-19,7%	(250.930)	(339.066)	-26,0%
PIS s/ receitas operacionais	(13.086)	(16.302)	-19,7%	(54.474)	(73.591)	-26,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(36.085)	(32.958)	9,5%	(138.509)	(157.143)	-11,9%
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(3.738)	(4.623)	-19,1%	(16.724)	(16.699)	0,1%
Total	(133.900)	(221.079)	-39,4%	(575.148)	(781.383)	-26,4%
% da Receita Bruta	15,9%	20,2%	-21,1%	16,3%	11,1%	5,2 p.p.

DESPESAS OPERACIONAIS

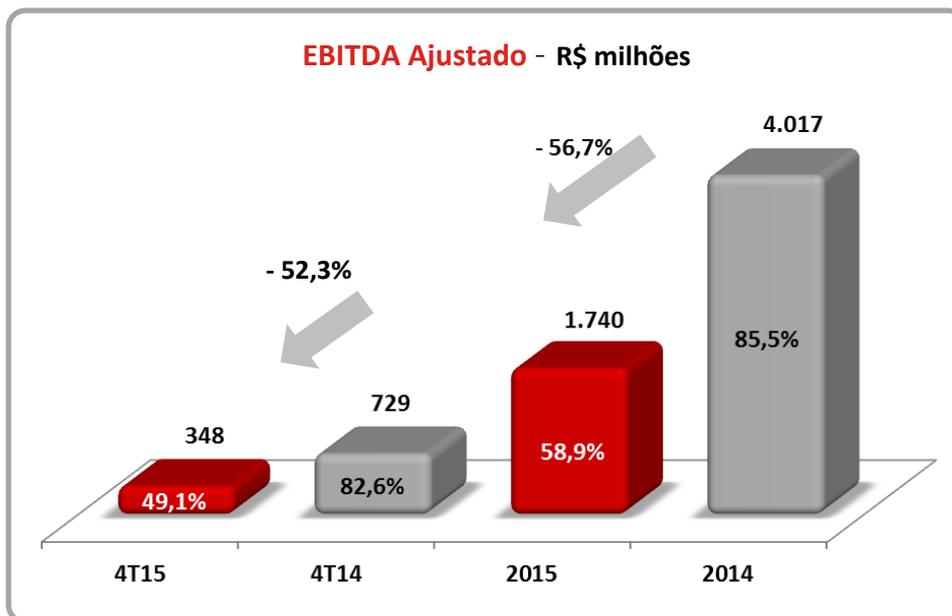
As Despesas Operacionais em 2015 somaram R\$ 1.867,6 milhões, 3,9% inferior ao mesmo período de 2014, representando 63,3% da Receita Líquida.

As principais despesas que apresentaram aumento em 2015 foram: **Programa de Incentivo a Aposentadoria** com R\$ 11 milhões superior a 2014; **Energia Comprada** no valor de R\$ 485 milhões o que não havia ocorrido em 2014, com destaque para Energia Comprada para Revenda. As despesas que tiveram redução foram: **Depreciação** (-28,4%) em virtude do vencimento das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, e a menor constituição (-63,9%) de **Provisões Operacionais**.

Despesas Operacionais - R\$ mil	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Pessoal	(47.493)	(53.663)	-11,5%	(185.762)	(183.774)	1,1%
Programa de incentivo a aposentadoria	-	-	-	(17.314)	(6.294)	175,1%
Entidade de previdência - Contribuição ao plano	(1.904)	(2.380)	-20,0%	(8.351)	(8.344)	0,1%
Entidade de previdência - CPC 33 / IAS 19	(460)	1.554	-	(587)	4.935	-
Material	(2.683)	(3.093)	-13,3%	(11.293)	(11.935)	-5,4%
Serviços de terceiros	(29.859)	(28.909)	3,3%	(100.641)	(92.378)	8,9%
Energia comprada	(174.315)	-	-	(485.378)	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(108.541)	(101.971)	6,4%	(406.822)	(403.053)	0,9%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargo de uso do sistema de transmissão	32.117	7.870	308,1%	67.531	25.758	162,2%
Depreciação	(73.180)	(158.116)	-53,7%	(459.067)	(641.185)	-28,4%
Provisão para perda estimada de crédito	(2.219)	28.773	-	(5.321)	21.030	-
Provisões operacionais	(73.374)	(117.561)	-37,6%	(224.376)	(621.950)	-63,9%
Outras despesas	(10.088)	(9.495)	6,2%	(30.188)	(25.167)	20,0%
Total	(491.999)	(436.991)	12,6%	(1.867.569)	(1.942.357)	-3,9%
% da Receita Líquida	69,5%	49,5%	20,0 p.p.	63,3%	41,3%	22,0 p.p.

EBITDA

O **EBITDA Ajustado** totalizou R\$ 347,7 milhões no 4T15, 52,3% inferior ao 4T14 e R\$ 1.740 milhões em 2015, um decréscimo de 56,7% em relação a 2014. A **Margem EBITDA Ajustado** nos mesmos períodos respectivamente foi de 49,1% e 58,9% inferiores aos verificados em 2014.



EBIT / EBITDA - R\$ mil	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Lucro Líquido	(363.588)	(1.147.758)	-68,3%	(61.357)	560.139	-
Imposto de Renda e Contribuição Social (Líquidos)	(23.116)	(431.044)	-94,6%	152.165	322.391	-52,8%
Resultado Financeiro	(553)	36.476	-	358.693	132.284	171,2%
EBIT	(387.257)	(1.542.326)	-74,9%	449.501	1.014.814	-55,7%
Depreciação	73.508	158.443	-53,6%	460.380	642.499	-28,3%
EBITDA	(313.749)	(1.383.883)	-77,3%	909.881	1.657.313	-45,1%
Provisões ativo contingente	580.798	-	-	580.798	-	-
Provisões para redução ao valor recuperável	-	1.997.296	-	-	1.997.296	-
Provisões para Riscos Legais	80.672	115.935	-30,4%	248.885	362.678	-31,4%
EBITDA Ajustado	347.721	729.348	-52,3%	1.739.564	4.017.287	-56,7%
Margem EBITDA Ajustado	49,1%	82,6%	-33,5 p.p.	58,9%	85,5%	-26,5 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2015, as **Receitas Financeiras** somaram **R\$ 165 milhões**, 36,3% inferior aos R\$ 259 milhões de 2014. O **Total das Despesas Financeiras** no ano, incluindo Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras foi de **R\$ 153,1 milhões**, 16,2% inferior ao mesmo período de 2014.

As **Variações Monetárias** no 4T15 foram de R\$ 11 milhões negativos e resultaram em **R\$ 60,1 milhões** negativos em 2015. Já as **Variações Cambiais** somaram, nos mesmos períodos, respectivamente **R\$ 19,4 milhões** positivos e **R\$ 310 milhões** negativos.

Desta forma, o Resultado Financeiro foi de **R\$ 553 mil** positivos no 4T15 e **R\$ 358,7 milhões** negativos no ano.

Detalhamento do Resultado Financeiro - R\$ mil	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
RECEITAS	21.272	93.964	-77,4%	165.008	259.014	-36,3%
Rendimentos de aplicações financeiras	19.268	55.268	-65,1%	156.813	185.670	-15,5%
Atualização de quotas subordinadas - FIDC	2.899	2.630	10,2%	10.803	8.660	24,7%
Atualização sobre compra de moeda estrangeira	-	35.882	-	-	63.113	-
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis	2	19	-89,5%	149	750	-80,1%
Outras	103	165	-37,6%	444	821	-45,9%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.000)	-	-	(3.201)	-	-
DESPESAS						
ENCARGOS DE DÍVIDAS	(16.723)	(38.452)	-56,5%	(68.443)	(151.645)	-54,9%
Moeda estrangeira	(14.805)	(11.970)	23,7%	(54.943)	(47.243)	16,3%
Moeda nacional	(1.918)	(26.482)	-92,8%	(13.500)	(104.402)	-87,1%
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	(12.397)	(6.650)	86,4%	(84.671)	(31.016)	173,0%
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros	-	-	-	-	(134)	-
Imposto s/ operações financeiras	(4)	(72)	-94,4%	(89)	(357)	-75,1%
Imposto de renda s/ remessa ao exterior	(856)	(3.565)	-	(50.925)	(14.157)	-
Atualização sobre compra de moeda estrangeira	-	-	-	(10.280)	-	-
Atualização TAC	-	-	-	-	(265)	-
Despesas com operações financeiras - FIDC	(110)	(176)	-37,5%	(532)	(765)	-30,5%
Atualização P&D - projetos	(2.865)	(2.254)	27,1%	(10.617)	(8.241)	28,8%
Desconto contratos de clientes	-	(297)	-	-	(2.836)	-
Outros encargos	(8.562)	(286)	-	(12.228)	(4.261)	187,0%
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(29.120)	(45.102)	-35,4%	(153.114)	(182.661)	-16,2%
RESULTADO BRUTO	(7.848)	48.862	-	11.894	76.353	-84,4%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS	8.401	(85.338)	-	(370.587)	(208.637)	77,6%
Moeda nacional	(11.069)	(29.801)	-62,9%	(60.104)	(125.992)	-52,3%
Moeda estrangeira	19.470	(55.537)	-	(310.483)	(82.645)	275,7%
RESULTADO FINANCEIRO	553	(36.476)	-	(358.693)	(132.284)	171,2%

RESULTADO LÍQUIDO

No 4T15 o **Prejuízo Líquido** foi de **R\$ 363,6 milhões** negativos. Em 2015, o **Lucro Antes dos Impostos** alcançou **R\$ 90,8 milhões** e as despesas de **Imposto de Renda e Contribuição Social** somaram **R\$ 152,2 milhões**. Desta forma, houve **Prejuízo** de **R\$ 61,4 milhões** no ano de 2015, devido principalmente à provisão de **R\$ 580,8 milhões** referentes às usinas de Ilha Solteira e Jupia, comentado anteriormente.

DIVIDENDOS

Está sendo proposta a distribuição de R\$41,3 milhões como dividendos, que corresponde a 100% do lucro ajustado do exercício, assim composto:

Prejuízo do exercício (R\$ 61,4 milhões)

Realizações:

Reserva de Lucros a Realizar R\$ 28,0 milhões

Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação) R\$ 74,7 milhões

Lucro Ajustado R\$ 41,3 milhões

INDICADORES

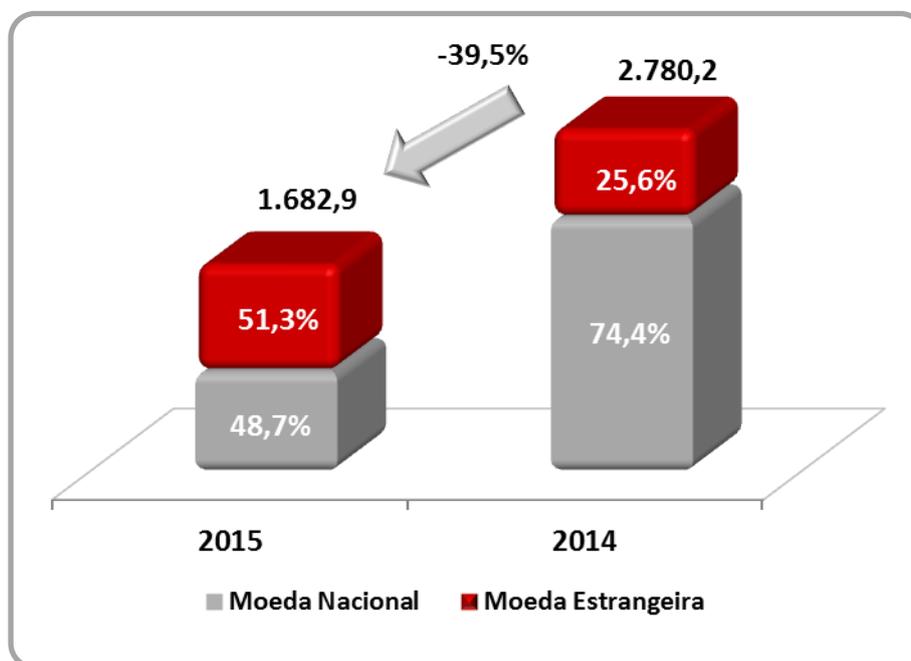
Na tabela abaixo estão relacionados os principais indicadores que impactaram o resultado da CESP.

Indicadores Econômico -Financeiros	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh	162,93	168,15	-3,1%	152,93	189,25	-19,2%
Margem do Resultado do Serviço	30,5%	50,9%	-20,4 p.p.	36,7%	58,9%	-22,2 p.p.
Variação do Dólar	-1,7%	8,4%	-10,1 p.p.	47,0%	13,4%	33,6 p.p.
IGP-M	3,9%	1,9%	2,1 p.p.	10,5%	3,7%	6,8 p.p.
IPC-A	2,8%	1,7%	1,1 p.p.	10,7%	6,4%	4,3 p.p.
Liquidez Corrente				1,02	1,34	-23,5%

DÍVIDA FINANCEIRA

A **Dívida Financeira** em 31/12/2015 era de **R\$ 1.682,9 milhões**, 39,5% inferior a 31/12/2014.

Considerando os recursos em Caixa de **R\$ 548,5 milhões**, a **Dívida Líquida** ao final de dezembro de 2015 era de **R\$ 1.134 milhões**.



A dívida em moeda estrangeira era de **US\$ 220,9 milhões** em 31/12/2015, incluindo encargos incorridos até a data (US\$ 268,1 milhões em 31/12/2014).

Posição da Dívida em (Em R\$ mil)	31/12/2015			31/12/2014		Var. %
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Moeda Estrangeira	2.696	198.882	660.917	862.495	712.029	21,1%
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-
BNDES	2.647	198.882	659.349	860.878	710.737	21,1%
Notas de Médio Prazo	-	-	-	-	-	-
Outras Instituições	49	-	1.568	1.617	1.292	25,2%
Moeda Nacional	6	5.152	15.056	20.214	1.043.035	-98,1%
Instituições Financeiras	-	-	-	-	39.460	-
Notas de Médio Prazo - NMP	-	-	-	-	978.205	-
ELETOBRÁS	6	5.152	15.056	20.214	25.370	-20,3%
Outras Dívidas	2.883	490.823	306.451	800.157	1.025.105	-21,9%
Valores a pagar	-	-	-	-	-	-
FIDC	2.883	234.735	71.704	309.322	559.342	-44,7%
Entidade de Previdência a empregados	-	256.088	234.747	490.835	465.763	5,4%
Total da Dívida Financeira (1)	5.585	694.857	982.424	1.682.866	2.780.169	-39,5%
Recursos (2)	-	548.553	-	548.553	2.427.852	-77,4%
Disponibilidades	-	548.553	-	548.553	2.427.852	-77,4%
TOTAL LÍQUIDO (1) - (2)	5.585	146.304	982.424	1.134.313	352.317	222,0%

MERCADO DE CAPITALIS

As ações CESP6 – Preferenciais Classe B, as mais negociadas da CESP, representam 64,4% do capital total da Companhia e tiveram decréscimo de 50% no ano de 2015. No mesmo período, as ações CESP5 – Preferenciais Classe A, que representam 2,3% do capital, desvalorizaram-se 48,4% e as CESP3 – Ordinárias, que representam 33,3% do capital total da Companhia, tiveram variação negativa de 54,5%. Essas variações não levam em conta o valor de R\$ 4,85/ação de dividendos referentes a 2015.

Durante 2015, o IBOVESPA teve queda de 13,3% e o IEE Índice de Energia Elétrica, aumento de 8,7%.

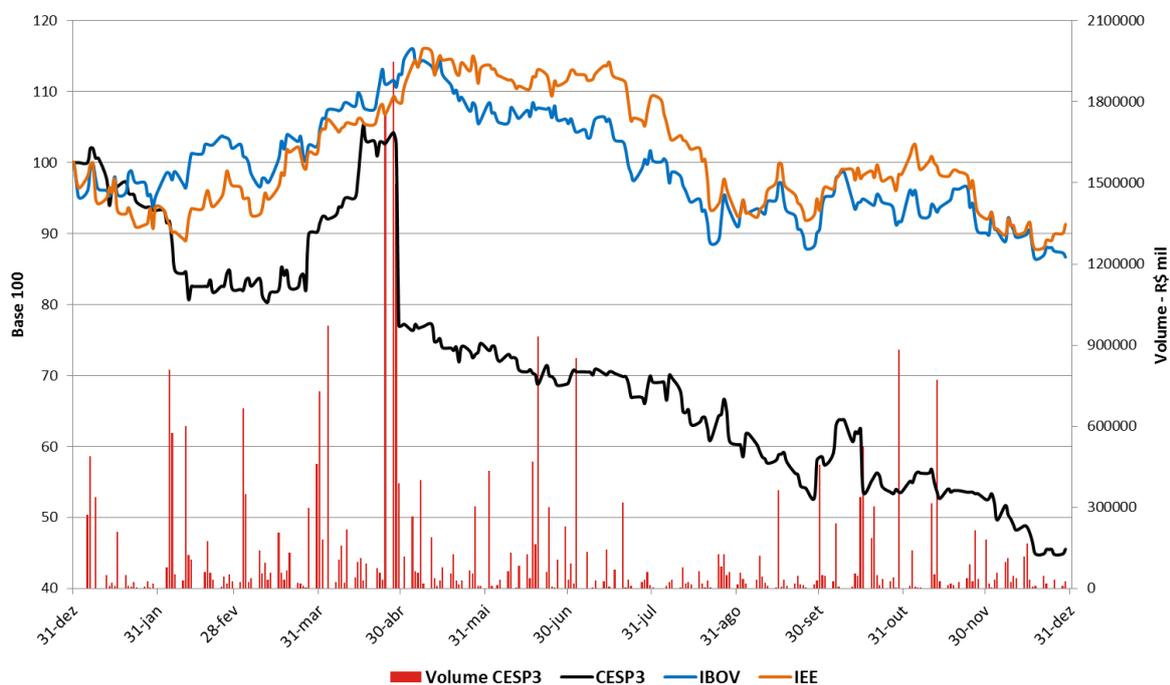
A tabela abaixo apresenta as cotações de fechamento e valor de mercado da CESP no último pregão de dezembro de 2014 e dezembro de 2015, bem como o total de pontos dos índices IBOVESPA e IEE, nas mesmas datas.

Ação / Índice	Fechamento Dezembro/2015	Fechamento Dezembro/2014	Var. %	Número de Ações (mil)	Valor de Mercado (R\$ mil) Dezembro/2015
CESP3 - ON	10,20	22,40	*-54,5%	109.168	1.113.514
CESP5 - PNA	13,00	25,20	*-48,4%	7.440	96.720
CESP6 - PNB	13,40	26,81	*-50,0%	210.895	2.825.993
TOTAL CESP				327.503	4.036.227
IBOV	43.349	50.007	-13,3%		
IEE	24.803	27.161	-8,7%		

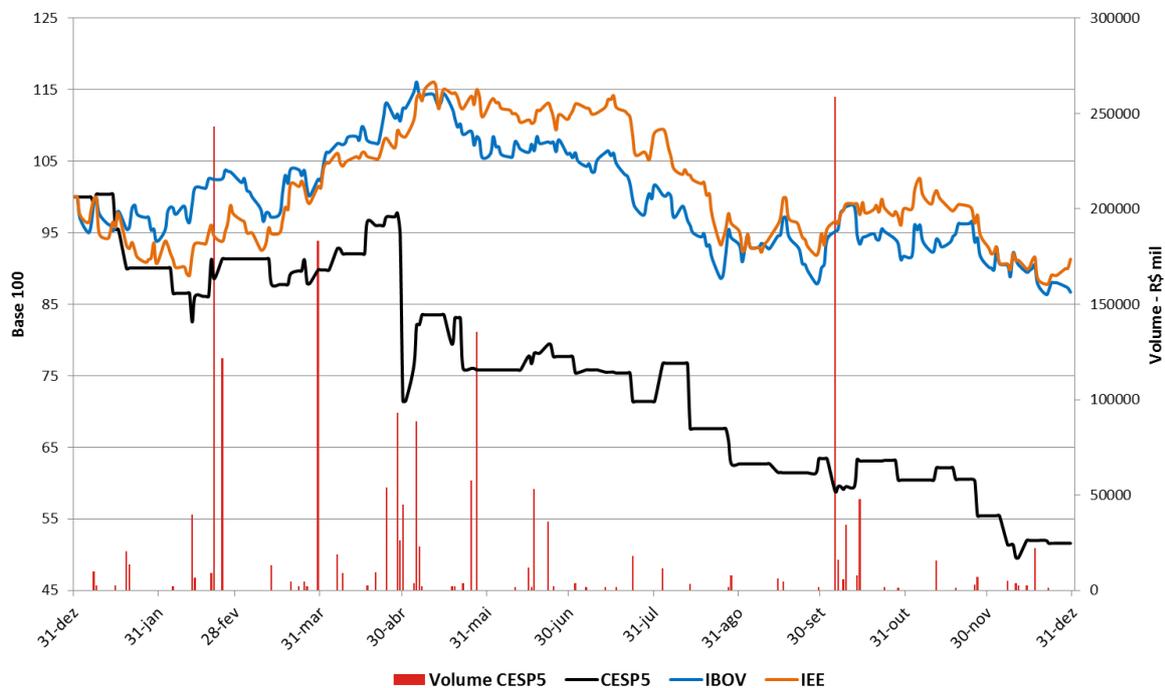
*Nota: Não considera o valor dos dividendos de R\$ 4,85/ação, referentes a 2015.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

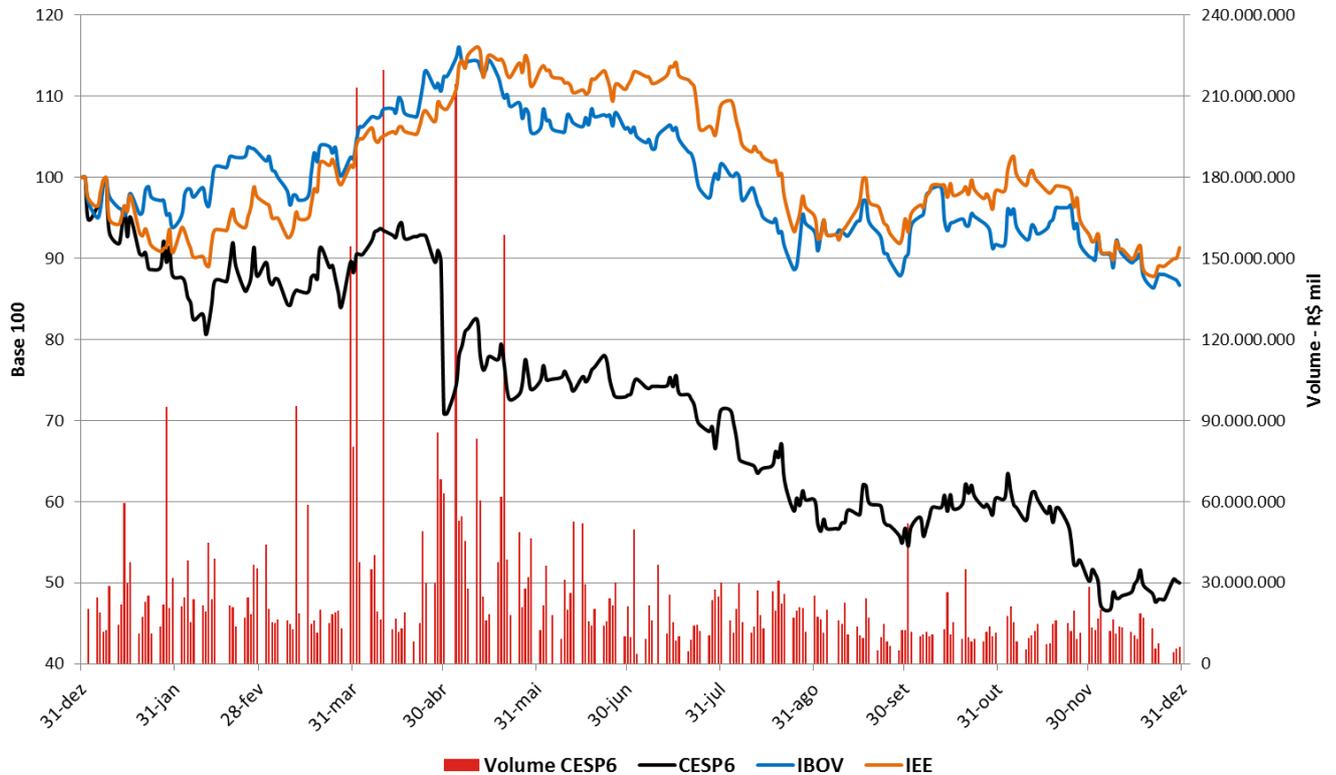
CESP3 - ON (Cotação em 31/12/2015 R\$ 10,20)



CESP5 – PNA (Cotação em 31/12/2015 R\$ 13,00)



CESP6 – PNB (Cotação em 31/12/2015 R\$ 13,40)



AVISO LEGAL

As afirmações contidas neste documento relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às perspectivas de crescimento da CESP são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da administração sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Demonstração dos Resultados - R\$ mil	4T15	4T14	Var.	2015	2014	Var.
RECEITA OPERACIONAL	841.811	1.103.597	-23,7%	3.526.130	5.480.634	-35,7%
Fornecimento de energia	260.862	236.603	10,3%	1.027.488	1.080.326	-4,9%
Suprimento de energia - Contratos	156.038	269.876	-42,2%	997.781	1.118.050	-10,8%
Suprimento de energia de leilões	169.588	395.976	-57,2%	805.419	1.515.503	-46,9%
Energia de curto prazo	81.146	191.667	-57,7%	365.695	1.687.003	-78,3%
Suprimento de Energia - Regime de cotas	173.343	3.534	-	320.975	71.153	351,1%
Outras receitas	834	5.941	-86,0%	8.772	8.599	2,0%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(133.900)	(221.079)	-39,4%	(575.148)	(781.383)	-26,4%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(13.543)	(82.836)	-83,7%	(84.783)	(146.172)	-42,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.143)	(9.070)	-21,2%	(29.434)	(48.474)	-39,3%
Impostos s/ serviços - ISS	(27)	(193)	-86,0%	(294)	(238)	23,5%
COFINS s/ receitas operacionais	(60.278)	(75.097)	-19,7%	(250.930)	(339.066)	-26,0%
PIS s/ receitas operacionais	(13.086)	(16.302)	-19,7%	(54.474)	(73.591)	-26,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(36.085)	(32.958)	9,5%	(138.509)	(157.143)	-11,9%
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(3.738)	(4.623)	-19,1%	(16.724)	(16.699)	0,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	707.911	882.518	-19,8%	2.950.982	4.699.251	-37,2%
DESPESAS OPERACIONAIS	(491.999)	(436.991)	12,6%	(1.867.569)	(1.942.357)	-3,9%
Pessoal	(47.493)	(53.663)	-11,5%	(185.762)	(183.774)	1,1%
Programa de incentivo a aposentadoria	-	-	-	(17.314)	(6.294)	175,1%
Entidade de Previdência - Contribuição ao Plano	(1.904)	(2.380)	-20,0%	(8.351)	(8.344)	0,1%
Entidade de Previdência - CPC 33 / IAS 19	(460)	1.554	-	(587)	4.935	-
Material	(2.683)	(3.093)	-13,3%	(11.293)	(11.935)	-5,4%
Serviços de terceiros	(29.859)	(28.909)	3,3%	(100.641)	(92.378)	8,9%
Energia comprada	(174.315)	-	-	(485.378)	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(108.541)	(101.971)	6,4%	(406.822)	(403.053)	0,9%
Taxas do setor elétrico	-	-	-	-	-	-
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso do sistema de transmissão	32.117	7.870	308,1%	67.531	25.758	162,2%
Depreciação	(73.180)	(158.116)	-53,7%	(459.067)	(641.185)	-28,4%
Provisão para perda estimada de crédito	(2.219)	28.773	-	(5.321)	21.030	-
Provisões operacionais	(73.374)	(117.561)	-37,6%	(224.376)	(621.950)	-63,9%
RTE Despacho nº 2517/2010 - ANEEL	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(10.088)	(9.495)	6,2%	(30.188)	(25.167)	20,0%
RESULTADO DO SERVIÇO	215.912	445.527	-51,5%	1.083.413	2.756.894	-60,7%
Outras (despesas) receitas líquidas	(603.169)	(1.987.852)	-69,7%	(633.912)	(1.742.080)	-63,6%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(387.257)	(1.542.325)	-74,9%	449.501	1.014.814	-55,7%
RESULTADO FINANCEIRO	553	(36.476)	-	(358.693)	(132.284)	171,2%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(386.704)	(1.578.801)	-75,5%	90.808	882.530	-89,7%
Imposto de renda - corrente	(37.595)	(82.971)	-54,7%	(206.325)	(553.966)	-62,8%
Contribuição social - corrente	(17.001)	(32.797)	-48,2%	(80.585)	(205.537)	-60,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.712	546.812	-85,8%	134.745	437.112	-69,2%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	23.116	431.044	-94,6%	(152.165)	(322.391)	-52,8%
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO)	(363.588)	(1.147.757)	-68,3%	(61.357)	560.139	-
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) por ação	(1,11)	(3,50)	-68,3%	(0,19)	1,71	-

Demonstração dos Resultados (Estrutura ANEEL) - R\$ mil	2015	2014	Var.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas c/ Energia			
Fornecimento de energia	1.027.488	1.080.326	-4,9%
Suprimento de energia - Contratos	997.781	1.118.050	-10,8%
Suprimento de energia - Leilões	805.419	1.515.503	-46,9%
Energia de curto prazo	365.695	1.687.003	-78,3%
	3.196.383	5.400.882	-40,8%
Suprimento de energia - regime de Cotas	320.975	71.153	351,1%
Outras receitas	8.772	8.599	2,0%
	3.526.130	5.480.634	-35,7%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(84.783)	(146.172)	-42,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(29.434)	(48.474)	-39,3%
Imposto s/ serviços - ISS	(294)	(238)	23,5%
COFINS s/ receitas operacionais	(250.930)	(339.066)	-26,0%
PIS s/ receitas operacionais	(54.474)	(73.591)	-26,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(138.509)	(157.143)	-11,9%
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(16.724)	(16.699)	0,1%
	(575.148)	(781.383)	-26,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.950.982	4.699.251	-37,2%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica	(824.669)	(377.295)	118,6%
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema	(406.822)	(403.053)	0,9%
Energia comprada	(485.378)	-	-
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede e energia comprada	67.531	25.758	162,2%
Custo com operação	(595.938)	(752.914)	-20,8%
Pessoal	(56.265)	(56.905)	-1,1%
Programa de incentivo a aposentadoria - PIA	(17.314)	(6.294)	175,1%
Material	(7.854)	(8.062)	-2,6%
Serviços de terceiros	(46.781)	(40.814)	14,6%
Entidade de Previdência Privada	(8.938)	(3.409)	162,2%
Depreciação geração	(454.201)	(635.995)	-28,6%
Outras despesas	(4.585)	(1.435)	219,5%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.530.375	3.569.042	-57,1%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(214.657)	(210.127)	2,2%
Outras despesas operacionais	(232.305)	(602.021)	-61,4%
Outras (despesas) receitas líquidas	(633.912)	(1.742.080)	-63,6%
	(1.080.874)	(2.554.228)	-57,7%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	449.501	1.014.814	-55,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(358.693)	(132.284)	171,2%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	90.808	882.530	-89,7%
Imposto de renda - corrente	(206.325)	(553.966)	-62,8%
Contribuição social - corrente	(80.585)	(205.537)	-60,8%
Imposto de renda diferido (ativo)	(8.723)	(284.853)	-96,9%
Contribuição social diferida (ativo)	(2.450)	(103.146)	-97,6%
Imposto de renda diferido (passivo)	107.293	606.699	-82,3%
Contribuição social diferida (passivo)	38.625	218.412	-82,3%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(152.165)	(322.391)	-52,8%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(61.357)	560.139	-
Lucro (Prejuízo) diluído por ação	(0,19)	1,71	-

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	1.022.615	2.948.585
Caixa e equivalentes de caixa	548.553	2.427.852
Valores a receber	339.567	399.033
Tributos e contribuições compensáveis	4.236	4.473
Outros créditos	76.626	76.245
Almoxarifado	28.467	34.788
Despesas pagas antecipadamente	25.166	6.194
NÃO CIRCULANTE	10.964.148	11.739.301
Cauções e depósitos vinculados	788.857	773.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	869.431	734.686
Outros créditos	3.204	4.730
Despesas pagas antecipadamente	52.575	4.807
Ativo intangível	40.544	9.355
Ativo disponível para reversão	6.337.256	3.529.080
Provisão ativo disponível para reversão	(4.387.826)	(1.811.718)
Imobilizado	7.260.107	8.494.806
TOTAL DO ATIVO	11.986.763	14.687.886

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	998.224	2.202.432
Fornecedores	13.925	16.853
Empréstimos e financiamentos	206.736	1.149.797
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	237.618	290.626
Tributos e contribuições sociais	56.586	50.030
Encargos Setoriais	393.642	240.568
Dividendos e juros sobre capital próprio	42.463	405.385
Obrigações estimadas e folha de pagamento	31.242	30.194
Outras obrigações	16.012	18.979
NÃO CIRCULANTE	3.677.647	3.856.377
Empréstimos e financiamentos	675.973	605.267
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	71.704	268.716
Entidade de previdência a empregados	-	131.891
Encargos Setoriais	20.658	70.969
Provisão para riscos legais	2.790.081	2.660.866
Obrigações socioambientais	103.750	101.192
Outras obrigações	15.481	17.476
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.310.892	8.629.077
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.044.780)	(970.052)
Outros resultados abrangentes	(177.642)	(137.792)
Reservas de lucros	628.783	656.738
Dividendos adicionais propostos	-	1.175.652
Lucros acumulados	-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.986.763	14.687.886

ANEXO 1 – Glossário do Setor de Energia Elétrica

ACL - Ambiente de Contratação Livre. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados entre geradoras, comercializadoras e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. Os agentes de distribuição (distribuidoras) não podem comprar nesse ambiente.

Acordo Geral do Setor Elétrico - Acerto firmado entre geradoras e distribuidoras com o objetivo de definir regras para compensação das perdas financeiras geradas pelo racionamento de energia 2001/2002. O acordo, fechado em dezembro de 2001, previa financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas e reajuste tarifário extraordinário para os consumidores, com exceção dos consumidores de baixa renda, a título de recomposição das perdas.

ACR - Ambiente de Contratação Regulada – O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

Agente: Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – Concessionária, autorizada, ou permissionária de serviços e instalações de energia elétrica, comercializadoras e consumidores livres, integrantes da CCEE e sujeitos às obrigações e direitos previstos na Convenção, nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica – Órgão regulador do setor elétrico brasileiro. Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, criada pela Lei 9.427 de 26 de Dezembro de 1996. Tem como atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em benefício da sociedade; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores e assegurar a universalização dos serviços.

Capacidade Instalada (Potência Instalada) - Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador.

CAR – Curva de Aversão a Risco - Mecanismo que estabelece o nível mínimo de armazenamento de água dos reservatórios das hidrelétricas necessário à produção de energia com segurança para o sistema interligado. A CAR foi instituída em janeiro de 2002 pela Resolução nº 109, que estabeleceu critérios e diretrizes para a política de operação energética e despacho de geração termelétrica realizados pelo ONS, bem como para a formação de preço no mercado de energia elétrica.

CCE - Contrato de Compra de Energia – Contrato com tarifa regulada, que estabelece os termos e as condições gerais que irão regular a comercialização de energia elétrica entre a atual geradora e a distribuidora com mercado inferior a 500 GWh/ano, para atendimento do seu mercado.

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - Instrumento celebrado entre cada geradora e todas as distribuidoras participantes dos leilões de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ou futuros.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). É no ambiente da CCEE que mensalmente todos os agentes prestam contas de seus direitos de energia, e que se contabilizam os movimentos de energia elétrica.

CCVEE – Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Também denominado Contrato Bilateral. Instrumento que formaliza a comercialização de energia elétrica (volumes, preços, condições, etc.) decorrente da livre negociação entre os agentes geradores, comercializadores, consumidores livres, importadores, no Ambiente de Contratação Livre.

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética – O CNPE é um comitê criado em agosto de 1997, para aconselhar o presidente do Brasil sobre o desenvolvimento da política energética nacional. Foi criado para aperfeiçoar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e para garantir o abastecimento nacional de energia.

Comercializadora – Empresa que atua na intermediação de negócios de compra e venda de energia elétrica.

Consumidores Cativos - Consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora, a cuja rede está conectado.

Consumidores Livres - Consumidor com demanda contratada igual ou superior a 3,0 MW, que tenha exercido a opção de se declarar livre, a fim de negociar as condições contratuais com o fornecedor de seu interesse (regulado pelos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995).

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre Agentes da CCEE, no Ambiente de Contratação Livre, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Contrato de Concessão – Instrumento legal celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, formalizador da concessão, e que deverá ter cláusulas essenciais, entre outras, as relativas ao objeto, área e prazo, bem como as principais condições da prestação do serviço público.

Cotas – Vide Regime de cotas

CVM– Comissão de Valores Mobiliários

Distribuidoras - Agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos da legislação aplicável, que atendem os consumidores cativos de sua área geográfica de concessão.

EBIT e EBITDA - Definidos pelas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 527/2012.

Energia Assegurada – Vide **Garantia Física**

Energia de Curto Prazo – É a energia contabilizada pela CCEE decorrente das diferenças entre o que foi produzido ou consumido e o que foi contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Energia de Empreendimentos Existentes - Energia elétrica produzida por empreendimentos que já se encontravam em operação comercial até 31 de dezembro de 1999, também denominada Energia Velha.

Energia de Novos Empreendimentos - Energia elétrica de novas usinas, novos empreendimentos sob licitação e também dos projetos concedidos e autorizados até 16 de março de 2004, que entraram em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2000 e cuja energia estava descontratada até 16 de março de 2004. Também denominada Energia Nova.

Fator de Ajuste de Garantia Física (Fator de MRE ou GSF) - Esse fator considera uma redução das energias asseguradas das usinas participantes do MRE, quando o total de energia gerada é inferior ao total da energia assegurada. $GSF = \text{Geração Hidráulica no SIN} / \text{Geração Total no SIN}$. Então um $GSF < 100\%$ indica que as usinas do MRE geraram menos que sua garantia física.

FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, conforme estabelecido nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Securitização de recebíveis.

Fornecimento de Energia - venda de energia a grandes consumidores.

Garantia Física – É a quantidade de energia que um agente está autorizado a comercializar em contratos, como oferta de energia elétrica, medida em megawatts médios (MWmédios). Determinada pela ANEEL como o montante de energia elétrica, em média, que uma usina pode produzir e comercializar em base sustentável 365 dias por ano, com fator de risco de 5%. (substitui o conceito de energia assegurada).

Geradora – Empresa que produz energia elétrica.

GSF (Generation Scaling Factor) – Vide **Fator de Ajuste de Garantia Física**

Leilões de Energia – Processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo edital e seus documentos correlatos, onde as Distribuidoras podem comprar energia para atendimento de seu mercado.

MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits - Processo de realocação, entre Agentes de Distribuição participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de sobras e déicits de montantes de energia contratados no Ambiente de Contratação Regulada -ACR. Por este processo as distribuidoras podem transferir entre elas, até 3% ao ano, dos montantes que mantêm sob contrato de compra junto às geradoras.

Mercado de Curto Prazo - Segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos Agentes.

Mercado Livre - Vide **ACL**.

Mercado Regulado - Vide **ACR**.

MME - Ministério de Minas e Energia - O MME é a principal autoridade do governo brasileiro no setor elétrico. As suas principais funções são a de elaborar diretrizes para a atribuição de concessões e a emissão de diretrizes relativas ao processo licitatório de concessões relacionadas a serviços e bens públicos.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - Mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional - SIN, no que concerne ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica. Isto significa que eventuais insuficiências de geração de uma Usina, sob comando do ONS, podem ser geradas por outra usina integrante do sistema, visando a otimização do sistema. Essas compensações são remuneradas pela TEO – Tarifa de Energia de Otimização.

MW- Megawatt – Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de Watts.

MWh – Megawatt-hora – Unidade de medida equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de Watts-hora.

MW médio - Megawatt médio- Unidade de medida referente à energia em MegaWatt-hora (MWh) dividida pelo respectivo número de horas do período.

ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico – Agente instituído pela Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – Preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade semanal, tendo como base Custo Marginal de Operação, limitado por preços mínimo e máximo, pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo.

Potência instalada – Vide **Capacidade Instalada**.

Rede Básica - Instalações de transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão em tensão igual ou superior a 230 kV, definida segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004.

Regime de Cotas – Mecanismo utilizado para rateio da Garantia física de energia e de potência das Usinas Hidrelétricas, renovadas conforme lei 12.783 (MP 579) e alocadas para as concessionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, conforme a regulamentação específica da ANEEL, visando à modicidade tarifária.

RGR - Reserva Global de Reversão - Trata-se de um encargo pago mensalmente (quota) pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. O valor anual do encargo a ser recolhido equivale a 2,5% do valor do Imobilizado vinculado à prestação do serviço de eletricidade, sendo limitado a 3,0% de sua receita anual.

RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária - Aumento tarifário temporário, autorizado às distribuidoras das regiões que estiveram sob racionamento no período 2001/2002, pela Lei nº 10.438, de 2002. Parte dos recursos obtidos com essa recomposição foi repassado às geradoras como reembolso de energia comprada.

SIN – Sistema Interligado Nacional - Instalações eletricamente interligadas, compreendendo usinas, instalações de transmissão, responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país, abrangendo 97% do consumo brasileiro.

Suprimento de Energia - venda de energia a distribuidoras e comercializadoras, para revenda a seus clientes.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – Instrumento jurídico firmado entre responsáveis por determinadas ações ou providências (no caso, a CESP), e o Ministério Público (federal, estaduais ou municipais), na defesa de *interesse difuso ou coletivo*. Em geral refere-se à prevenção, mitigação ou recuperação do meio ambiente, por meio da fixação de obrigações e condicionantes técnicas.